

FREDERICO HAYEK

Prémio Nobel

**O CAMINHO  
PARA  
A SERVIDÃO**

TEOREMAS

LISBOA — 1977

FREDERICO HAYEK

Prêmio Nobel

O CAMINHO  
PARA  
A SERVIDÃO

TRADUÇÃO:

MARIA IVONE SERRÃO DE MOURA

REVISTA POR ORLANDO VITORINO

AOS SOCIALISTAS  
DE TODOS OS PARTIDOS

PREFÁCIO

Este prefácio foi escrito em 1944, durante a guerra, quando o autor estava em Londres. O texto original está em alemão e foi traduzido para o português. O autor discute a importância da liberdade individual e a crítica ao socialismo, defendendo a liberdade econômica e política. Ele argumenta que o socialismo leva à servidão e à perda da liberdade individual.

Este texto é uma continuação do pensamento desenvolvido no prefácio anterior. O autor continua a defender a liberdade individual e a crítica ao socialismo, enfatizando a importância da liberdade econômica e política. Ele argumenta que o socialismo leva à servidão e à perda da liberdade individual.

TRADUÇÃO:

MARIA IVONE SERRÃO DE MOURA  
SAMHOSE

REVISTA POR DONALDO VITORINO

## PREFÁCIO

Quando um homem, que tem por profissão o estudo das questões sociais, e escreve um livro político, é seu primeiro dever dizê-lo abertamente. Ora este livro é um livro político. E não o quero esconder, como talvez o pudesse ter feito, dando-lhe a designação, mais elegante e ambiciosa, de ensaio de filosofia social. Mas qualquer que seja a designação, o ponto decisivo é que tudo quanto terei para dizer deriva de certos valores principais. E espero ter cumprido também um segundo e não menos importante dever: esclarecer, para lá de todas as dúvidas, o que são esses valores principais de que depende todo o dedutivo discurso em que consiste este livro.

Quero ainda acrescentar o seguinte. Muito embora este livro seja um livro político, tenho a perfeita consciência de que as ideias nele expressas não são determinadas pelos meus interesses pessoais. Não há nenhuma razão para que o tipo de sociedade que me parece desejável possa trazer-me mais vantagens a mim do que à grande maioria da população deste país. Com efeito, aqueles meus colegas que são socialistas sempre me disseram que, como economista,

eu viria a ocupar uma posição muito mais importante no tipo de sociedade a que me oponho, desde que, é claro, me decidisse a aceitar as suas concepções. Também tenho perfeita consciência de que a minha oposição a essas concepções não se deve ao facto de elas serem diferentes daquelas em que fui educado, pois são elas, precisamente, as concepções que defendi quando era adolescente e me levaram a fazer do estudo da economia a minha profissão. E para aqueles que, como é corrente, procuram atribuir motivos de interesse pessoal a todas as confissões políticas, ser-me-á permitido acrescentar ainda que tenho todas as razões possíveis para não escrever ou publicar este livro. Irá ele, com certeza, ofender muitas pessoas com quem eu gostaria de viver amigavelmente; a sua elaboração obrigou-me a pôr de lado trabalhos para os quais me sinto melhor qualificado e aos quais atribuo, afinal, mais importância; e, acima de tudo, este livro virá prejudicar a aceitação que possam ter estudos meus mais estritamente académicos e para os quais sinto mais natural vocação.

Se, apesar de tudo isto, acabei por considerar um dever, a que me não pude eximir, escrever este livro, tal resultou principalmente de um aspecto muito peculiar e sério das discussões que hoje se travam sobre os problemas da política económica futura. É um aspecto de que o público não tem sequer conhecimento e que consiste no seguinte: desde há alguns anos, os economistas, na sua maioria, têm sido absorvidos pela máquina da guerra e colocados em situações oficiais que os obrigam a guardar silêncio; em consequência disso, a opinião pública é, quanto a estes problemas, guiada por simples amadores ou por homens obcecados, por pessoas que têm «banha de cobra» para vender ou que empunham o machado da destruição. Em tais circunstâncias, quem ainda possa dispor de ócio que lhe per-

mita dedicar-se a trabalhos literários, dificilmente se sentirá no direito de guardar para si as apreensões que as tendências em voga decerto suscitam no espírito de muitos que as não podem exprimir publicamente. Noutras circunstâncias, eu deixaria de bom grado a discussão das questões de política nacional àqueles que estão qualificados para isso.

O assunto principal deste livro foi delineado, a primeira vez, num artigo intitulado «Liberdade e Sistema Económico» que apareceu na *Contemporary Review*, em Abril de 1938, e foi mais tarde reimpresso, mas com maior desenvolvimento, na colectânea *Public Policy Pamphlets*, organizada pelo Professor H. D. Gedeouse para a Editora da Universidade de Chicago (1939). Quero agradecer a esses dois editores terem-me permitido reproduzir algumas passagens desses textos.

*Escola de Economia de Londres,  
Cambridge, Dezembro de 1943*

## PREFÁCIO À EDIÇÃO DE 1976

*Este livro, escrito entre 1940 e 1943 nos meus momentos de ócio, quando a minha inteligência era absorvida sobretudo por problemas de pura teoria económica, veio a ser para mim o ponto de partida para um trabalho, que se prolongou por mais de trinta anos, num novo campo de estudos. Este livro é, portanto, a primeira afirmação numa nova directriz das minhas reflexões e foi ele provocado pela irritação que me causava a interpretação completamente errada que os círculos «progressistas» ingleses faziam do movimento nazi. Essa irritação me levou, primeiro, a dirigir um «memorandum» ao então director da Escola de Economia de Londres, Sir William Beveridge, depois, a escrever um artigo publicado na Contemporary Review em 1938, artigo que ampliei a pedido do Professor Harry G. Gideouse para publicação nos seus Public Policy Pamphlets; finalmente, apercebendo-me de que os meus mais ilustres colegas britânicos estavam preocupados com os problemas mais urgentes da condução da guerra, levou-me a, com íntima relutância, alargar esses artigos na expressão menos efémera que o livro lhes dá.*

Apesar do êxito completamente inesperado que obteve — maior ainda na edição americana, que não estava inicialmente prevista, do que na edição britânica — o livro não me satisfez durante muito tempo. Embora logo no prefácio eu tivesse declarado francamente que se tratava de um livro político, a maior parte dos meus companheiros de ciências sociais conseguira fazer-me crer que eu tinha utilizado as minhas capacidades num sentido errado. Preocupava-me, assim, o facto de, ao ultrapassar os limites da economia técnica, ter excedido a minha competência. Não referirei aqui, em pormenor, a fúria que o livro provocou em certos círculos, nem a imensa diferença entre a aceitação que ele teve na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. Ocupei-me um pouco desse aspecto há vinte anos, no prefácio que escrevi para a minha primeira edição brochada americana. Para exemplificar o carácter dessa reacção generalizada, mencionarei apenas que um conhecido filósofo, cujo nome omito, escreveu a um colega seu censurando-o por haver elogiado este livro escandaloso que «(ele) evidentemente não tinha lido»!

Embora tentasse com afincio voltar a dedicar-me estritamente à economia, não conseguia libertar-me da sensação de que os problemas, que neste livro havia tratado de maneira tão pouco intencional, eram mais prementes e importantes do que os da teoria económica, e de que muito do que eu havia dito no meu primeiro ensaio devia ser clarificado e sistematizado. Quando o escrevi, de modo algum estava totalmente liberto dos preconceitos e superstições que dominavam a opinião comum, e menos ainda tinha aprendido a evitar as predominantes confusões de termos e conceitos das quais, a partir de então, vim tomando clara consciência. A discussão das consequências da política socialista, tal como tentei expô-las no livro, não fica evidente-

mente completa sem a descrição de tudo o que é necessário para estabelecer a ordem conveniente a um mercado de concorrência e de tudo o que essa ordem pode realizar. Os trabalhos que posteriormente realizei neste domínio foram dedicados, sobretudo, a esses problemas. O primeiro resultado das minhas tentativas para explicar a natureza de uma ordem de liberdade, foi um livro substancial intitulado «A Constituição da Liberdade» (1960). Aí me preocupei essencialmente em reformular e tornar mais coerentes as doutrinas do liberalismo clássico do século XIX. A convicção de que tal reformulação deixava sem resposta algumas questões importantes, levou-me a prosseguir caminho até conseguir responder-lhes eu próprio numa obra em três volumes, «Direito, Legislação e Liberdade», de que apareceu o primeiro volume em 1973, o segundo em 1976 e o terceiro está quase terminado. Creio que, durante os últimos vinte anos em que me dediquei a estes trabalhos, aprendi muito acerca dos problemas de que tratara neste livro, livro que me parece não ter voltado a ler durante todo este tempo. Fi-lo agora por causa deste prefácio, e se já não sinto em mim o ímpeto com que o escrevi, sinto-me, pela primeira vez, orgulhoso dele bem como da previsão que me levou a dedicá-lo «aos socialistas de todos os partidos». Na verdade, apesar de neste intervalo de tantos anos eu ter aprendido muito do que ignorava então, muitas vezes fui agora surpreendido com o que, no início dos meus esforços, eu já conseguia ver e que meus posteriores trabalhos vicram confirmar; e embora, como espero, os meus recentes estudos sejam mais úteis aos especialistas, não hesito em recomendar este livro ao leitor comum que procura uma introdução simples, e não técnica, aos problemas que considero mais ameaçadores entre todos os que teremos de enfrentar.

O leitor perguntará, provavelmente, se isto significa que estou disposto a defender todas as conclusões expressas neste livro. A resposta será completamente afirmativa. A indicação mais importante que me cumpre acrescentar, refere-se à circunstância de a terminologia ter mudado durante estes anos, o que poderá levar a uma interpretação errada do que afirmo no livro. Na época em que o escrevi, «socialismo» significava, sem ambiguidades, a nacionalização dos meios de produção e o planeamento económico central que essa nacionalização tornava, não só possível, como necessária. Neste sentido, a Suécia, por exemplo, está organizada muito menos socialisticamente do que a Grã-Bretanha ou a Áustria, embora vulgarmente se considere a Suécia muito mais socialista. Deve-se isto ao facto de o socialismo ter passado a designar, sobretudo, uma redistribuição extensiva dos rendimentos através dos impostos e das instituições do Estado. Neste último sentido, os efeitos do socialismo discutidos neste livro manifestar-se-ão mais lentamente e de maneira indirecta e imperfeita. Creio que o resultado final acabará por ser praticamente o mesmo, embora o processo do seu desenvolvimento possa ser diferente daquele que descrevi.

Tem-se sugerido com frequência haver eu sustentado neste livro que qualquer movimento rumo ao socialismo conduz inevitavelmente ao totalitarismo. Esse perigo existe efectivamente, mas não é dele que se ocupa este livro, o qual apenas constitui um aviso de que, caso não emendemos os erros da política dominante, teremos de suportar consequências muito desagradáveis e que a maioria dos defensores dessa política está longe de desejar.

O defeito do livro parece-me residir, sobretudo, no facto de não ter dado o devido relevo ao significado da experiência comunista na Rússia, defeito talvez perdoável se nos

lembrarmos que, quando o escrevi, a Rússia era nossa aliada na guerra. E como ainda me não tinha então libertado completamente dos preconceitos intervencionistas em voga, fiz várias concessões que considero hoje injustificáveis. Também não tinha ainda conhecimento de como, em certos aspectos, as coisas já então se apresentavam bastante mal. Ainda encarava tudo isto como uma questão, digamos, de retórica. Perguntava-me, por exemplo, se Hitler teria obtido os seus ilimitados poderes de maneira rigorosamente constitucional. «Quem poderá sugerir que o governo de direito ainda prevalece na Alemanha?» Só mais tarde vim a descobrir que os Professores Hans Kelsen e Harold Laski, e possivelmente muitos outros apologetas socialistas e cientistas políticos que seguiam estes influentes autores, tinham defendido precisamente essa tese. De um modo geral, os posteriores estudos das correntes contemporâneas do pensamento e das instituições, vieram, pelo menos, aumentar os meus receios e preocupações. E desde que escrevi este livro, expandiram-se acentuadamente, tanto a influência das ideias socialistas como a ingénua confiança nas boas intenções dos detentores do poder totalitário.

Durante muito tempo, lamentei-me de ser mais conhecido como autor daquilo que eu considerava um panfleto do que pela minha obra de carácter rigorosamente científico. Mas ao re-examinar agora o que então escrevi, à luz dos estudos posteriores que fiz durante trinta anos, já não tenho a mesma opinião. Embora o livro possa conter muitas afirmações que nessa época eu não podia demonstrar com todos os fundamentos, constituiu ele um autêntico esforço em busca da verdade e creio ter aberto muitas perspectivas que ajudarão, aqueles que não concordam comigo, a evitar perigos graves.

F. A. HAYEK

## ÍNDICE

CONCLUSÃO .....	9
PREFÁCIO .....	9
INTRODUÇÃO .....	19
Capítulo I — A ESTRADA ABANDONADA .....	33
Capítulo II — A GRANDE UTOPIA .....	53
Capítulo III — INDIVIDUALISMO E COLECTIVISMO ...	67
Capítulo IV — A «INEVITABILIDADE» DO PLANEAMENTO .....	83
Capítulo V — PLANEAMENTO E DEMOCRACIA .....	103
Capítulo VI — PLANEAMENTO E ORDEM JURÍDICA ...	125
Capítulo VII — CONTROLO ECONÓMICO E TOTALITARISMO .....	147
Capítulo VIII — QUEM? PARA QUEM? .....	167
Capítulo IX — SEGURANÇA E LIBERDADE .....	193
Capítulo X — PORQUE É QUE OS PIORES ESTÃO EM CIMA .....	213

Capítulo XI — ONDE A VERDADE ACABA .....	239
Capítulo XII — AS RAÍZES SOCIALISTAS DO NAZISMO .....	259
Capítulo XIII — OS TOTALITARISTAS ESTÃO ENTRE NÓS .....	279
Capítulo XIV — CONDIÇÕES MATERIAIS E FINALIDA- DES IDEAIS .....	307
Capítulo XV — AS PERSPECTIVAS DE ORDEM INTER- NACIONAL .....	331
CONCLUSÃO .....	357